

LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA (LABGEO): LABORATÓRIO DE EDUCAÇÕES, PESQUISAS E EXTENSÕES EM MOVIMENTO NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Antonio Marcio Haliski ¹

RESUMO

Nosso propósito é mostrar os primeiros passos, processos e alguns resultados incipientes da criação do laboratório de Geografia na Licenciatura da Universidade Federal do Paraná – setor litoral, no ano de 2025, cujo fundamento é indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, propiciando um significativo espaço de formação inicial e continuada para os estudantes da graduação, pós graduação, docentes da educação básica (municipal, estadual, federal), movimentos sociais, associações de moradores e demais instituições e coletivos que tenham como premissa uma educação pública de qualidade e com justiça social. Da mesma forma, caracteriza-se com um espaço para a articulação entre graduações, programas de pós-graduação, de projetos de ensino, extensão, pesquisa e demais campos de estudo para a iniciação e/ou amadurecimento científico dos envolvidos, relacionado(s) ao(s) território(s) da ação. O fundamento teórico-metodológico é da investigação-ação participativa. Assim, a extensão pode ser reconhecida como um instrumento de inter-relação da universidade com a sociedade, um espaço de democratização do conhecimento acadêmico, de diálogos de saberes, proporcionando uma interação dialógica e de práxis com múltiplas possibilidades para transformação da sociedade, da escola e da própria universidade pública, seja na graduação ou na pós-graduação. Como resultado, o laboratório constitui-se em um espaço para elaboração de materiais didáticos e paradidáticos, de metodologias e práticas de ensino-aprendizagem, de formação inicial e continuada para discentes e docentes, para oferta de oficinas e cursos, de discussão de políticas públicas vinculadas ao ensino e às licenciaturas, ou seja, um espaço de discussão, elaboração e proposição de assuntos, temas e materiais voltados ao ensino, pesquisa e extensão, tendo como respaldo o Projeto Político de Curso da Licenciatura em Geografia e o Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral.

Palavras-chave: Práxis, Formação inicial e continuada, Ensino-aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A ideia da criação de um laboratório para a Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Paraná, SetorLitoral, vincula-se a necessidade de criação de espaços para debates, produção de materiais didáticos, paradidáticos e formações em distintos níveis e modalidades.

¹ Docente do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Paraná (Ligeo/setorLitoral)e do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO/UFPR), antoniohaliski@ufpr.br.



Portanto visa propiciar um espaço de formação inicial e continuada para os estudantes da graduação, pós graduação, docentes da educação básica (municipal, estadual, federal), movimentos sociais, associações de moradores, demais instituições e coletivos que tenham como premissa uma educação pública de qualidade e com justiça social.

Dentre os objetivos pretendemos desenvolver materiais didáticos e paradidáticos; ofertar cursos de formação docente e de trabalhos com e em comunidades; realizar ações extensionistas e projetos em comunidades; analisar políticas públicas relacionadas às licenciaturas e as escolas públicas; discutir e propor metodologias de ensino-aprendizagem em Geografia;

Temos como premissa que o curso de licenciatura em Geografia tem como objetivo formar o licenciado com autonomia intelectual, consciência política, pensamento crítico e criativo voltado à justiça social e que tenha como princípios de atuação o respeito às diferenças, a solidariedade, o senso crítico, as propostas populares de transformação social, os diálogos de saberes, a superação das formas de opressão, a fim de que possa investigar, pensar e propor processos educativos sobre fenômenos territorialmente relevantes na perspectiva do bem viver.

É nesse sentido que a criação de um laboratório de Geografia, enquanto ideias e práticas, visa possibilitar ações articuladas em redes de sujeitos, coletivos, projetos e instituições que tenham como propósito a melhoria das instituições de ensino, práticas de ensino-aprendizagem, desenvolvimento de projetos e outras formas de ações que resultem na qualidade da escola pública, desde a universidade. Soma-se a isso a recomendação do Ministério da Educação (MEC), no processo de reconhecimento do curso (2022), para a sua criação. O espaço físico das ações já existe (sala 36A), bem como uma série de oficinas, formações, projetos, entre outros, que também já estão sendo ofertados e que se somarão a esta proposta, como é o caso das ações do Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, hoje ofertado em conjunto com a Licenciatura em Geografia de Curitiba (UFPR). Estamos nos referindo a necessidade de formalização de um espaço, da ampliação de nossas ações e a certificação das mesmas.

Como resultados visamos: a oferta de cursos e oficinas de formação discente e docente, com metodologias participativas e foco em práticas pedagógicas contextualizadas, promovendo o protagonismo dos sujeitos envolvidos e o fortalecimento da educação pública; o desenvolvimento colaborativo de materiais didáticos e paradidáticos, construídos a partir de demandas reais das comunidades escolares, valorizando os saberes locais e promovendo a inclusão de perspectivas socioterritoriais e culturais; a elaboração e execução de ações de extensão em/com comunidades, com base na investigação-ação participativa, visando à



transformação social e à articulação entre universidade, escola e sociedade; o fortalecimento de redes e articulações entre a universidade e escolas da rede pública de ensino básico, com foco na construção de espaços de diálogo, cooperação e troca de saberes entre docentes, discentes, movimentos sociais e lideranças comunitárias. - Ampliação da formação inicial e continuada para discentes da Licenciatura e docentes da rede pública, com ênfase em práticas pedagógicas críticas, emancipadoras e territorializadas, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); o desenvolvimento, elaboração e articulação entre projetos de ensino e pesquisa e extensão, promovendo a indissociabilidade entre os pilares da universidade pública e estimulando a produção de conhecimento comprometido com a realidade social; impacto direto na formação discente, por meio da vivência em contextos reais de atuação, que favorecem o desenvolvimento de competências profissionais, éticas e políticas, preparando futuros educadores para atuar com sensibilidade social e capacidade de intervenção nos territórios; além da sistematização e disseminação das experiências extensionistas, por meio de publicações, oficinas, eventos e materiais educativos, contribuindo para o fortalecimento da cultura extensionista no Setor Litoral e na UFPR como um todo.

METODOLOGIA

O Projeto Político de Curso (PPC) da licenciatura em Geografia possui uma ancoragem na Investigação-ação-participativa (IAP), estando presente até mesmo em módulos como de Estágio Obrigatório II. A IAP é um método de pesquisa social que tem o colombiano Orlando Fals Borda como principal referência teórica.

A partir das sistematizações, elaboradas por Ander-Egg (1990), Fals Borda (1999; 2006) e Colmenares Escalona (2012), é possível elencar algumas características da IAP: relação de horizontalidade e reciprocidade entre pesquisadores e atores sociais; seu objetivo deve partir dos atores sociais implicados na situação-problema; compromisso com o povo e com a ação transformadora da sociedade; articulação entre pesquisa científica e ação prática; preocupação com a objetividade científica e respeito às formas clássicas de pesquisa social; compromisso com o processo educativo. A operacionalização da IAP pode ser dividida em três fases: a fase diagnóstica, subdividida em etapas que vão da identificação dos interesses coletivos à elaboração de um diagnóstico participativo; a fase da ação, que requer a execução de um planejamento coletivo; e a fase avaliativa, constituída pela reflexão sobre a ação e sistematização dos seus resultados.



Nesse sentido, entendemos que além da aderência ao PPC, o laboratório permite uma relação de diálogo de saberes e a criação de propostas de ações, desde metodologias e materiais didáticos, projetos, entre outros, que cumprem a função de horizontalidade de relações sociedade-escola-universidade e seus propósitos.

Tendo como fundamento nossa metodologia, todas as ações serão acompanhadas e reavaliadas sistematicamente e conforme a sua natureza. Ações mais rápidas e pontuais como, por exemplo, a oferta de uma oficina sobre o uso do Google Earth em sala de aula são de curta duração (em média 4 horas) e serão avaliadas pontualmente enquanto organização e resultados. No entanto, o conjunto de ações executadas (proposta do laboratório), será avaliada semestralmente, respeitando o calendário acadêmico e o planejamento para o semestre seguinte. Tanto a proposta do Laboratório, quanto a sua metodologia, foram discutidas e aprovadas em reuniões do curso durante o segundo semestre de 2024, com início das atividades e formalização no primeiro semestre de 2025.

Também decidimos submeter ao crivo do SetorLitoral da UFPR como projeto de extensão em 02/10/2025, sendo aprovado em 28/10/2025, sob o código PEX-00055141 e com vigência até 02/09/2030, podendo ser renovado conforme necessidade e interesse.

REFERENCIAL TEÓRICO, DISCUSSÃO E RESULTADOS

Historicamente no Brasil a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tem orientado a qualidade da educação superior e o conhecimento é o sustentador dessa relação, em particular foi essa premissa que mobilizou a sociedade civil e a base sindical e associativa da educação superior na ocasião da Constituição Brasileira, em 1988 (FORPROEX, 2012). Além disso, há uma forte crença tácita e universalmente aceita que essa indissociabilidade é um valor na educação superior. Apesar da Lei Constitucional (Brasil, 1988), artigo 207, ter sido escrita com a intenção que essa indissociabilidade aconteça, na prática ficou a cargo das Instituições universitárias fazer acontecer essa imbricação. A princípio essa indissociabilidade não existe sem a presença do outro, o princípio deixa de existir como um todo quando se dissocia e, conforme Morin (1999 apud Tauchen, 2010 p. 50) “a organização desse ‘todo’ produz emergências, isto é, certo número de qualidades irreduzíveis a das partes isoladas”. Porém, as universidades brasileiras não têm aprofundado o impacto epistemológico nos processos de ensinar e aprender da expressão “indissociabilidade” e nem àqueles processos que transcendem a epistemologia e que tem mais proximidade com o compromisso público e social. Para tal



mudança de postura é necessário se realizar uma ruptura epistemológica e pedagógica nos processos da universidade.

Nesse sentido, ao pensar extensão, esta tem que estar em sintonia e alicerçada no Plano de Desenvolvimento Institucional de cada Instituição de Ensino Superior e em conformidade com os objetivos da Política Nacional de Extensão Universitária (RENEX, 2012), em que a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão é mais do que uma formalidade instituída. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tem que se manifestar na abertura de um significativo espaço de formação para os estudantes de graduação e de pós-graduandos, assim como para a formação continuada para membros da comunidade externa as universidades.

Da mesma forma, deve ser um espaço para a articulação entre programas de pós-graduação, de projetos de pesquisa e campos de estudo para a iniciação e/ou amadurecimento científico dos envolvidos, relacionados ao território de atuação da ação. Assim, a extensão pode ser reconhecida como um instrumento de inter-relação da universidade com a sociedade, um espaço de democratização do conhecimento acadêmico e de troca de saberes, proporcionando uma interação dialógica que propicia múltiplas possibilidades para transformação da sociedade e da própria universidade pública, seja na graduação ou na pós-graduação.

O LabGeo é concebido como um espaço de convergência entre Ensino, Pesquisa e Extensão. As atividades desenvolvidas pelos discentes nos estágios, nas disciplinas e nos projetos de iniciação científica são diretamente conectadas às ações extensionistas. Essa integração fortalece a formação acadêmica, promove a produção de conhecimento aplicado e amplia o compromisso social da universidade.

Concordamos com Carletto, Farago e Crisostino (2017) ao afirmarem que outros requisitos devem ser observados para compreender a responsabilidade social da universidade no enfrentamento da atual crise socioeconômica, política e ambiental, no sentido de contribuir com o desenvolvimento social do país, para além da produção científica de qualidade e a formação de pesquisadores. Assim, nossa inserção social pode ser entendida como um estímulo para a ampliação e fortalecimento da relação da universidade com a sociedade de forma efetiva e com isso questionar e mudar a realidade social, identificar suas demandas, buscar soluções e estabelecer vínculos com a extensão universitária, a fim de traçar caminhos até a comunidade/escola e com a comunidade/escola.

O projeto LabGeo visa e já promove ações com o intuito de transformar a realidade educacional e territorial das comunidades envolvidas. A atuação junto às escolas públicas e movimentos sociais permite identificar demandas locais e construir soluções coletivas, fortalecendo o papel da universidade como agente de transformação social. A produção de



materiais didáticos contextualizados e a formação continuada de docentes e discentes contribuem diretamente para a melhoria da qualidade da educação e para o enfrentamento das desigualdades socioespaciais.

A participação em projetos e programas de extensão universitária proporciona às e aos estudantes de graduação e pós-graduação, e aos demais envolvidos, uma possibilidade de reflexão sobre sua atuação na participação ativa na construção de conhecimentos, métodos e metodologias de ensino-aprendizagem. A inserção na realidade local (desde a escola) proporciona o exercício de seu papel social crítico e fomentador de conhecimentos que dialogam e se integram ao contexto social, ambiental e econômico local, promovendo, para além do reconhecimento também a compreensão, a proposição e a ação das e dos participantes, bem como a identificação e o comprometimento com a comunidade não acadêmica. Algo complexo para se proporcionar em uma pesquisa, mas necessário considerando a urgência de aproximação entre ciência-sociedade-governos. Todas as ações do projeto são pautadas na escuta ativa e na construção coletiva do conhecimento. A relação horizontal entre universidade e comunidade escolar é garantida por metodologias participativas, como a investigação-ação, que valorizam os saberes locais e promovem o protagonismo dos sujeitos envolvidos. Essa interação dialógica fortalece vínculos e promove práticas educativas mais significativas e contextualizadas.

A interdisciplinaridade é um requisito básico para qualquer projeto de extensão, mas entendendo nossas contribuições e diálogos pela disciplinaridade, objetos e categorias analíticas. Nesse sentido, a ciência geográfica nos mostra a importância do trabalho articulado com as demais ciências para a compreensão das distintas realidades socioeconômicas e ambientais do nosso planeta, os desafios contemporâneos e ao mesmo tempo as possibilidades para superarmos, dentre outras coisas, a crise civilizatória que vivemos, por isso esta atuação interdisciplinar carece e resulta dessa interprofissionalidade evidenciando distintas contribuições, articulações e possibilidades de trabalhos com/em conjunto. Poderíamos exemplificar esta situação a partir da ideia do Laboratório, tendo uma situação como a análise de solos. Aqui vamos ter desde a estrutura química, física, biológica, de distribuição geográfica e mesmo de segurança alimentar se inferirmos que o não cuidado com este elemento natural leva a baixa produtividade e assim por diante. O projeto articula saberes da Geografia com outras áreas como Educação, Sociologia, Ciências Ambientais e Políticas Públicas. As oficinas e ações extensionistas envolvem múltiplos profissionais e campos do conhecimento, promovendo uma abordagem integrada dos problemas territoriais e educacionais. Essa



articulação permite compreender e intervir de forma mais eficaz nas realidades complexas das comunidades atendidas.

As contribuições no que se refere à extensão dentro das instituições de ensino são diversas, mas notadamente Paulo Freire nos deixou uma das principais. Isso se deu em razão dos apontamentos sobre a importância da comunicação e do diálogo constante para que o extensionista não seja somente um repassador de informações a ponto de negar os saberes dos outros (Freire, 1983). Isso demanda uma boa formação do extensionista para que possa construir coletivamente o conhecimento junto com seus interlocutores.

Nesse sentido, entendemos que o discente ao adotar os princípios da extensão terá subsídios para compreender que a escola sempre estará inserida em um contexto socioeconômico que demanda atenção e irá ter condições enquanto futuro docente para construir desde um projeto Político Pedagógico que represente de fato a sua escola e sua comunidade escolar, até o desenvolvimento de metodologia e materiais didáticos adequados às distintas realidades. A participação dos estudantes no LabGeo proporciona(rá) uma formação crítica, ética e comprometida com a transformação social. Ao vivenciarem práticas pedagógicas em contextos reais, os discentes desenvolvem competências para atuar como educadores sensíveis às demandas territoriais e sociais. A extensão universitária, nesse sentido, deixa de ser uma atividade complementar e passa a ser um eixo estruturante da formação docente, contribuindo para a construção de projetos pedagógicos contextualizados e para o desenvolvimento de metodologias que dialogam com as realidades das comunidades escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações junto ao laboratório são incipientes, mas já tivemos alguns resultados a partir da criação de uma agenda de atividades. Iniciamos com uma formação sobre o uso do Google Earth no ensino de Geografia, ministrado pela Dr^a Elaine de Cássia de Lima Frick. Tivemos 10 inscritos; O segundo foi uma oficina de Educação em Solos no ensino de Geografia, desenvolvendo práticas e experiências, ministrado pela Dr^a Shirley Grazieli da Silva Nascimento e pelo Dr. Marcelo Ricardo de Lima, com 28 inscritos; O terceiro foi uma oficina sobre a construção de maquetes, com uso de software 3D para design e montagem com papelão, ministrada pelo Dr. Otacílio Lopes de Souza Paz. Nela tivemos 24 inscritos; a quarta atividade foi uma oficina sobre a utilização do Philcarto para a elaboração de mapas temáticos, realizada pelo Dr. Ricardo Monteiro, com 12 inscritos. A primeira e a última computaram 4 horas e



realizadas nas dependências da UFPR Litoral, em Matinhos-PR, já a segunda e a terceira foram de oito horas e realizadas na UFPR em Curitiba.

Ainda temos um longo caminho, necessitamos da criação de novos espaços físicos, compra de computadores, entre outros, mas o primeiro passo foi dado e os resultados são empolgantes e enriquecedores, dentro daquela ideia que evidenciamos neste texto, de uma práxis-territorial. Nossa experiência em projetos desenvolvidos no litoral do Paraná tem subsidiado muitas das ações propostas (Haliski, 2021; Haliski *et al* 2019; Haliski *et al* 2016), mas sempre em diálogo com os documentos oficiais da UFPR Litoral, desde o seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Projeto Político do Curso (PPC).

REFERÊNCIAS

- ANDER-EGG, E. (1990). *Repensando la Investigación-Acción-Participativa*: comentarios, críticas y sugerencias. Vitoria-Gasteiz: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco, 1990.
- Colmenares Escalona, A. M. Investigación-acción participativa: una metodología integradora del conocimiento y la acción. *Voces y Silencios. Revista Latinoamericana de Educación*, v. 3, n. 1, p. 102–115. <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/vys/article/view/7540>, 2012.
- FALS BORDA, O. Orígenes universales y retos actuales de la IAP. *Análisis Político*, [S. l.], n. 38, p. 73–90. <https://revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/79283>, 1999.
- _____. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.) *Pesquisa Participante*. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, pp. 42-62, 2006.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus: Forproex, 2012.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação*. 7ª Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1983.
- HALISKI, A. M. Construindo metodologias: o diagrama da árvore de problemas aplicado como uma ferramenta para o desenvolvimento de práticas em torno da agroecologia. In: HALISKI, A. M.; LOPES, K. C. S. A.; LOPES, P. R.; PADILHA, R. F. S. J. (Org.). *Saber e fazer agroecológico*. Curitiba: CRV, 2021.
- HALISKI, A. M.; FLORIANI, D. ; FLORIANI, N. . Os usos da natureza e ambiente na comunidade do Guaraguaçu como elementos para uma proposta em torno da agroecologia em Pontal do Paraná - PR. *Revista Mundi Sociais e Humanidades IFPR*, v. 4, p. 1-20, 2019.
- HALISKI, A., M.; MACHADO, M. L. ; HALISKI, V. C. F.; MARTINS, P. Um convite à extensão nas ilhas: entre a realidade e os desafios de uma proposta de prática pedagógica para licenciados de Ciências Sociais. *Revista Conexão UEPG*, v. 12, p. 218-227, 2016.
- Rede Nacional de Extensão – RENEX. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior, 2012. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>> Acesso em: 22 abr. 2015.
- SAVIANI, D. *Extensão Universitária: Uma abordagem não extensionista*. In: SAVIANI, D. *Ensino Público e algumas falas sobre Universidade*. Campinas: Ed. Cortez/Autores Associados, 1984.
- TAUCHEN, G. Do Mosaico ao complexus: desafios a instituição universitária. *Momento*, v. 19, n. 2, p. 47–64, 2010.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. I Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. Brasília, 04 e 05 de novembro de 1987. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR. Dispõe sobre as atividades de Extensão na Universidade Federal do Paraná (alterada pela Resolução 03/23-CEPE). 13 dez. 2019. Disponível em: <<http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2020/03/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-57.19-CEPE.pdf>> Acesso em: 28 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR. Plano de Desenvolvimento Institucional UFPR: 2022-2026. UFPR, 2022. Disponível em: <<https://ufpr.br/wp-content/uploads/2022/11/Plano-de-Desenvolvimento-Institucional-UFPR-2022-2026.pdf>> Acesso em: 31 mar. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. SETOR LITORAL – UFPR LITORAL. Projeto Político Pedagógico. 2008. Disponível em: https://litoral.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/02/PPP-UFPR-LITORAL_Set-2008_Alteracao_Dez-2008.pdf Acesso em: 31 mar. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ. Fórum de Pró-Reitores de Extensão. [s.d.]. Disponível em: <extensao.ufrj.br/index.php/forum-de-pro-reitores-de-extensao> Acesso em: 21 jun. 2024.

